



Fluxos e itinerâncias dos usuários de crack em São Paulo: impactos do Programa municipal *De Braços Abertos*¹

Eduardo Rumenig Souza²

Resumo: Neste artigo, analiso os impactos do Programa municipal *De Braços Abertos*, estruturado na região central de São Paulo para atender a usuários de crack socialmente vulneráveis. Durante cinco meses etnografei as formas de sociabilidade de usuários nas cenas de uso de crack. Nos seis meses seguintes, as análises se detiveram nos encontros quinzenais de formação profissional de agentes do Programa *De Braços Abertos*. O percurso etnográfico possibilitou apreender as formas de sociabilidade entre agentes do *De Braços Abertos* e usuários de crack. Apesar da consolidação do Programa, a *cracolândia* parece conservar uma certa *territorialidade itinerante*, sujeita a deslocamentos constantes e dependentes de táticas e ações discricionais mobilizadas por diferentes atores.

Palavras-Chave: Cracolândia; Espaços heterotópicos; Territorialidade itinerante.

Flows and itinerancies of crack users in São Paulo: impacts of municipal Program *De Braços Abertos*

Abstract: In this paper, I analyze the impacts of the municipal Program *De Braços Abertos*, which attends crack addicts socially vulnerable in downtown São Paulo. For five months, I ethnographed the forms of sociability in scenes of crack addict. In the following six months, the analyzes stopped at fortnightly meetings of professional training for agents of the *De Braços Abertos* Program. In general, the ethnographic path made it possible to apprehend the forms of sociability between agents from *De Braços Abertos* and crack addict. Indeed, despite the consolidation of the program, *cracolândia* seems to retain a certain

¹ Este trabalho decorre de um projeto de iniciação científica sem bolsa, orientado pelo Prof. Heitor Frúgoli Jr. (Departamento de Antropologia - FFLCH/USP), a quem agradeço a orientação e as valiosas sugestões, críticas e comentários. Imperioso dizer, contudo, que os eventuais equívocos são todos meus.

² Mestre em Educação Física pela Faculdade de Educação Física e Esporte (EEFE/USP) e graduando em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). São Paulo – SP, Brasil. E-mail: erumenig@usp.br. ORCID: 0000-0001-7040-6995. É pesquisador do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC), coordenado pelo Prof. Heitor Frúgoli Jr.



itinerant territoriality, subject to constant displacements and dependent on discretionary tactics and actions mobilized by different actors.

Keywords: Cracolândia; Heterotopic spaces; Itinerant territorialities.

1. Introdução

Nas últimas décadas a região da Luz – área central da cidade de São Paulo pejorativamente identificada como *cracolândia* – ficou notabilizada pela intensificação da presença de *usuários* de drogas e pessoas em situação de vulnerabilidade³. Contudo, a estigmatização de *usuários* de *crack* por diferentes atores locais – por vezes mencionados pela categoria de *nóias*⁴ – conduziram gradativamente as pesquisas para a dimensão dos *usuários* em detrimento de um território fixo para qualificar a *cracolândia*. Conforme relato de Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010, p.10) “(...) a *cracolândia* existe. Não é só um espaço geográfico. É o mundo do *crack*. São vinte pessoas em volta de você, fissuradas”⁵. Nesses termos, designaram a *cracolândia* como uma espécie de *região moral*⁶ localizada num determinado espaço urbano e configurada por relações sociais ancoradas no uso do *crack*, embora sujeita a deslocamentos em função de variações situacionais ou da própria dinâmica das relações internas. Assimilando o conceito de Perlongher (1987), Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010) caracterizaram a *cracolândia* como uma *territorialidade itinerante*.

O presente trabalho dialoga com tais enfoques e teve como objetivo inicial etnografar agentes de saúde do Programa municipal *De Braços Abertos*, criado em 2014 para atender aos *usuários* de *crack* na região da Luz. Diversos obstáculos burocráticos dificultaram a aproximação com esses agentes, de modo que as incursões etnográficas foram realizadas com ênfase na interação dos próprios *usuários* de *crack*. Cinco meses depois, novamente fui impedido de me aproximar das cenas de uso do *crack* por supostos membros de uma facção criminosa, parcialmente responsáveis pela organização social local, denominados *disciplinas*⁷.

³ O Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC) publicou um dossiê em 2012 que aborda alguns temas desenvolvidos nesse trabalho e que podem ser relevantes para compreender as transformações operadas na região da Luz. Para maiores detalhes, consultar Frúgoli Jr. (2012).

⁴ *Nóia* seria alguém destituído de autocontrole e submetido ao sofrimento social extremo, ocupando a última posição na hierarquia dos *usuários* de *crack* (GOMES e ADORNO, 2011; RUI, 2012).

⁵ Fala de Marina Passos Sant’Anna, então presidente e coordenadora da entidade *É de Lei* (ver detalhes sobre essa ONG na nota 7).

⁶ O conceito foi cunhado por Park (1915), que identificava regiões morais como áreas urbanas dotadas de códigos específicos que as distinguiam de outras localidades, de modo que diferenças morais resultariam em diferenças territoriais e segregação espacial, configurando um mosaico de pequenos mundos sociais que instituem distâncias morais entre habitantes de um mesmo território. Em outras palavras, a agremiação de certas personalidades afins configuraria regiões morais, toleradas desde que restritas a um determinado território.

⁷ *Disciplina* é o ator responsável por assegurar a conduta recomendada pela facção num determinado território. Para uma discussão detalhada, recomendo o texto de Alves e Pereira (2019) e a reportagem



Surgiu, então, a oportunidade de participar de encontros de formação profissional – mediados pela ONG *Centro de Convivência É de Lei*⁸ – para agentes municipais que atuam na região, vinculados às Secretarias municipais de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Direitos Humanos e Segurança. Isso possibilitou prosseguir, sob outros ângulos, com o mapeamento de formas de sociabilidade de *usuários* de drogas e dos diferentes agentes vinculados direta ou indiretamente ao Programa *De Braços Abertos*.

2. De Braços Abertos e percursos etnográficos

O Programa *De Braços Abertos* tem como principais objetivos “(...) promover a reabilitação psicossocial de pessoas em situação de vulnerabilidade social e uso abusivo de substâncias psicoativas, por meio da promoção de direitos e de ações assistenciais, de saúde e de prevenção ao uso abusivo de drogas” (SÃO PAULO, 2014, p.1). As ações se fundamentam numa *política de redução de riscos e de danos*, e surgem após operações fracassadas das gestões anteriores que tentaram expulsar moradores de rua e que, por fim, implementaram a internação compulsória, destituindo esses sujeitos de prerrogativas e direitos.

De modo mais específico, em 2005 a *Operação Limpa* mobilizou agentes policiais, assistenciais e de saúde, vigilância sanitária e limpeza pública para retirar do espaço público os *usuários* de *crack* e pessoas em situação de vulnerabilidade (FRÚGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010). Em 2009 houve a aprovação da lei de concessão urbanística à iniciativa privada (Lei nº 14.918 de 7/5/2009). Com a previsão de desapropriação de dezoito quarteirões na região da Luz (FRÚGOLI JR., 2012), incluindo incentivos fiscais e autonomia na seleção das propriedades, o projeto foi denominado *Nova Luz*⁹. A derradeira investida das gestões municipal e estadual foi em 2012 e denominada *Operação Sufoco* ou *Dor e Sofrimento*, caracterizou-se por intensificar a repressão policial e medidas de internação involuntárias e compulsórias, dispersando os *usuários* para outros espaços da cidade. Essa operação ganhou destaque na imprensa e nos debates públicos na época (RUI et al., 2014), desencadeando uma série de críticas por coletivos e ONGs vinculados aos direitos humanos e a programas de redução de danos.

Houve, a partir de então, uma reconfiguração das políticas públicas destinadas aos *usuários* de droga da região, culminando na consolidação do Programa *De Braços Abertos* (RIBEIRO et al., 2014). Rui et al. (2014) ponderaram, no entanto, que o Programa *De Braços Abertos* ocasionou a segmentação daqueles excluídos do Programa, circunscrevendo-os num espaço restrito – o

“16 perguntas sobre o PCC” (ESTADÃO, 2010).

⁸ Trata-se de organização não governamental sem fins lucrativos que desempenha um trabalho de redução de risco e danos na região da Luz há aproximadamente 14 anos (CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI, s/d)

⁹ Souza (2011) discute detalhadamente o projeto.



chamado *fluxo*¹⁰, concentrado na esquina da Alameda Cleveeland com a Rua Helvétia – e os sujeitando com maior frequência a ações coercitivas. Em abril de 2015, o *fluxo* foi alvo de uma ação da prefeitura que culminou no desmonte das barracas e inclusão de aproximadamente 80 novos *usuários* de *crack* no Programa *De Braços Abertos*, resultando em novos deslocamentos da cena de uso do *crack* para áreas adjacentes. A remoção das barracas foi justificada pela necessidade de desarticular o “tráfico de drogas”, facilitar a intervenção dos agentes que atuam na região e reinaugurar a praça local, a fim de torná-la um espaço mais acolhedor, tanto para os *usuários* quanto para os demais cidadãos¹¹. Coletivos e ONGs novamente criticaram as ações, apontando um processo de higienização no intuito de atender interesses econômicos de grandes empresas¹².

As incursões etnográficas foram interrompidas duas semanas após a operação municipal, de modo que não foi possível acompanhar os desdobramentos da ação, algo que demandaria um prazo maior para concluir a pesquisa. A breve permanência na região, contudo, possibilitou suscitar algumas questões, entre as quais estão as seguintes: o agrupamento dos *usuários* numa área mais restrita alterou a modalidade de *territorialidade itinerante da crackolândia*? O *fluxo*, ancorado no uso do *crack* tal como observado na *crackolândia*, estaria sujeito às mesmas variações situacionais e conservaria a itinerância constatada previamente à instalação do Programa *De Braços Abertos*? Como essa miríade de atores sociais se desloca pela rede micropolítica de poderes¹³ na *crackolândia*, administrando as tensões e as situações nessa outra configuração? Como os diferentes agentes vinculados ao Programa *De Braços Abertos* apreendem o trabalho que desempenham na região? Como ocorre a distribuição de poderes, prerrogativas e responsabilidades entre os diferentes atores locais? Essas são algumas das indagações abordadas a seguir.

¹⁰ *Fluxo* é o modo como “designam os movimentos e percursos em torno do consumo do *crack*”. Também tem sido utilizado em outros contextos para designar, por exemplo, aglomerações de bailes funks nas periferias urbanas. Neste artigo, no entanto, refere-se a aglomerações ancoradas no uso de *crack* (ALVES e PEREIRA, 2019).

¹¹ A prefeitura repudia as acusações argumentando sobre a necessidade do desmonte do *fluxo*: Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5599>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

¹² O projeto foi idealizado em parceria com uma empresa local (Porto Seguro), que inaugurou um equipamento cultural nas imediações. Movimentos sociais acusam a prefeitura de adotar medidas de higienização da região, a fim de atender interesses econômicos de instituições locais (DIAS, 2015).

¹³ Noção elaborada por Deleuze e Guatarri (1996, p.90-94). Segundo os autores, a política é “ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica”, pois embora o processo político opere por macro decisões, escolhas binárias e instituições, há um campo de indeterminação, indecibilidade e “linhas de fuga” (ou agenciamentos dos atores) que escampam às organizações binárias. Com efeito, a micropolítica se refere ao detalhe, aos processos engendrados por essas linhas de fuga, sujeitos a agenciamentos e mais flexíveis. Micro e macropolítica concernem ao nível de análise e enquanto a macropolítica opera por modelos, a micropolítica se caracteriza pelo processo.



3. Aproximações e afastamentos

No primeiro dia de campo contei com mediação de uma pesquisadora que atuava na região há alguns anos¹⁴. Naquele dia, a Guarda Civil Metropolitana (GCM) e a Inspetoria de Operações Especiais/IOPE¹⁵, da GCM, estavam com contingentes numerosos e próximos ao *fluxo*, a fim de monitorar as atividades locais e identificar pequenos comerciantes de drogas, efetuando prisões *cirúrgicas*¹⁶. Havia uma zona de segurança separando as viaturas do *fluxo*, pois eventualmente os *usuários* atiravam objetos nos equipamentos de vigilância e nos GCMs, que por sua vez respondiam com truculência.

Também foi nessa primeira visita que conheci *Lúcia*¹⁷, interlocutora pregressa da pesquisadora que me introduziu no território. Assistida pelo Programa *De Braços Abertos*, *Lúcia* se tornou um dos contatos que me possibilitaram fazer incursões no território sem a mediação da pesquisadora, pois caso fosse questionado, bastava dizer que a procurava. Nas visitas subsequentes, já sozinho, procurei acompanhar o trabalho de agentes de saúde do Programa *De Braços Abertos*. Explicitei a proposta de pesquisa para pessoas inseridas no Programa, mas não obtive autorização. Decidi, então, permanecer na tenda do Programa *De Braços Abertos*, situada na Rua Helvética, e também circular pelas áreas contíguas a fim de observar as formas de sociabilidade dos *usuários*. Foi nessa condição informal que etnografei os atores nas cenas de uso de *crack* por cinco meses.

Numa das incursões conheci Albertina Galvão¹⁸ – Tina, como preferia ser chamada – que visitava o local para conversar com os funcionários do Programa *De Braços Abertos*. Tina, na ocasião, tentava promover o acesso dos *usuários* de *crack* no Conselho Gestor do Programa *De Braços Abertos*, bem como sensibilizar comerciantes locais para estruturar uma rede de acolhimento aos *usuários* de droga, oferecendo serviços básicos (banheiro e ponto de descanso) e insumos (refeições e água). Tina tinha uma longa história de militância na promoção de direitos humanos para pessoas em situação de rua e *usuários* de drogas, atuava na região de Campos Elíseos há vários anos

¹⁴ Os primeiros dias de campo foram mediados por Taniele Rui, docente do Departamento de Antropologia da UNICAMP. Agradeço a paciência e a valiosa orientação que possibilitaram a concretização da pesquisa que subsidia este artigo.

¹⁵ Uma espécie de tropa de choque dessa organização.

¹⁶ Os GCMs conquistaram poder de polícia no início de 2015, podendo efetuar prisões e patrulhar ostensivamente o espaço público. Suas ações se confundem com as funções exercidas pela Polícia Militar (PM). O decreto polêmico associado aos equipamentos de vigilância utilizados pela GCM para monitorar a região da Luz aumentou a tensão nas relações entre *usuários* e policiais.

¹⁷ As identidades dos atores foram preservadas ao longo da realização do trabalho de campo e redação, a fim de protegê-los de possíveis constrangimentos. Os nomes aqui mencionados foram trocados. Conheci *Lúcia* no primeiro dia de campo – com mediação de Taniele Rui, que a acompanhou durante sua pesquisa de doutorado. Desde então Taniele não a havia encontrado, mas assim que chegamos à *cracolândia* sugeriu que fossemos até seu apartamento, num dos hotéis mantidos pela prefeitura. *Lúcia* demorou um pouco para reconhecer Taniele, mas após confirmar sua identidade, nos convidou para entrar no apartamento.

¹⁸ Assistente social falecida em maio de 2015, com 70 anos, que atuava há anos na região. Algumas matérias foram produzidas a respeito de suas atividades na Luz (NOVAES, 2013).



como assistente social e, posteriormente, como voluntária. Foi idealizadora de um trabalho chamado *Aquele Abraço* que, segundo ela, influenciou o nome do atual Programa municipal. Dizia que “a polícia distribuía pancadas, nós distribuíamos abraço”.

Foi Tina quem mediou meu ingresso no *fluxo*, convidando-me a acompanhá-la na busca de uma agente redutora de danos. A maior parte dos *usuários* abaixava o cachimbo ao avistá-la, e apesar do curto período em que permaneci naquele lugar, foi possível observar formas de sociabilidade fundamentadas no respeito e na solidariedade mútua entre Tina e os *usuários*¹⁹. Após o encontro com Tina, senti-me seguro para prosseguir transitando nas cenas de uso de *crack*. Durante cinco meses pude observar as *táticas*²⁰ acionadas pelos atores a fim de angariar recursos ou garantir acesso a oportunidades, conforme descrevo a seguir.

4. *Táticas na Luz*

Voltemos à *Lúcia*, nossa primeira interlocutora. No dia em que a encontramos, *Lúcia* nos convidou para ficarmos a tarde com ela, entre seu apartamento e a rua. Enquanto percorríamos juntos a região da Luz, muitos *usuários* a interpelavam para pedir dinheiro, questionar nossa presença, seu itinerário ou ainda se dispunha de pedras de *crack* para comercializar. O fato de uma *usuária* de *crack* ser inquirida para comercializar a droga evidencia a dificuldade em diferenciar *usuários* de *traficantes*, pois esses atores se deslocam por essas categorias situacionalmente.

Descobri, posteriormente, que a indistinção entre *usuário* e *traficante* era discricionariamente acionada pela polícia para determinar a tipificação penal desses sujeitos. O relato de um GCM – que apresentarei posteriormente – ilustra a discricionariedade e importância do território: no *fluxo*, segundo ele, as pessoas eram “doentes” (dependentes químicos), mas fora daquele contexto seriam “criminosos”. Ainda que fossem os mesmos sujeitos realizando a mesma ação social – fumando *crack* –, estes eram categorizados de maneiras distintas pelo guarda municipal a depender de quais territórios eles estivessem ocupando. A discricionariedade permitia, inclusive, efetuar a prisão de pessoas em pontos de tráfico de drogas que estivessem portando valores consideráveis de “dinheiro trocado”, mas sem flagrante. Foi nesta lógica, inclusive, que *Lúcia*, foi presa fora do *fluxo*, no início de 2015.

Ações arbitrárias e substancializadoras dos sujeitos e territórios como essa evidenciam que o espaço também pode ser um importante marcador

¹⁹ Enquanto transitávamos pela cena de uso, ouvia-se frases como: “Olha a dona Tina, respeito à dona Tina!”.

²⁰ Conceito derivado de DeCerteau (2001, p. 101), que define tática como a ação de um sujeito destituído da possibilidade de isolar e controlar o ambiente, a fim de torná-lo algo idealizado. A ação ocorre num espaço controlado pelo outro, aproveitando-se de falhas em conjunturas particulares de quem detém o poder no espaço.



social da diferença. Ademais, essa microeconomia que relativiza *usuários* e *traficantes* evidencia o caráter esquizofrênico da política de guerra às drogas que, entre outros problemas, produz uma maior circulação das pessoas em prisões através do encarceramento em massa, configurando a prisão como um importante conector para a difusão de uma gramática prisional *além-muros* (MALLART; RUI, 2015).

Uma segunda interlocutora que conheci ao longo dos cinco meses de etnografia na *cracolândia* foi *Mara*: mulher também jovem, mãe de dois filhos e portadora do vírus HIV/AIDS. Conheci *Mara* na tenda do Programa *De Braços Abertos*, após me aproximar acidentalmente de uma agente social cujo trabalho era fazer triagens e encaminhamentos de cidadãos a serviços públicos locais. Ela narrou a fuga de casa aos 10 anos de idade, período no qual já fazia uso de drogas. Começou a se prostituir para sobreviver financeiramente e aos 13 anos contraiu o vírus HIV através do pai biológico do seu primogênito. Estava na tenda para tentar uma vaga no Programa *De Braços Abertos* e contou que não havia sido incluída no Programa até então por não apresentar indícios de ser usuária de *crack*²¹. Fiquei surpreso ao me dar conta de que, se fora daquele contexto as pessoas sofrem discriminação e maior dificuldade para acessar serviços e oportunidades ao serem identificadas como usuárias de *crack*, na tenda do Programa *Mara* buscava se afirmar como usuária para obter uma vaga de emprego, moradia e assistência social. O que se evidenciou, portanto, foi uma espécie de inversão.

Mara residia numa ocupação situada ao lado do Programa *Recomeço*²², mas recentemente o prédio havia sido demolido. No período em que as famílias desalojadas foram cadastradas, *Mara* relatou que estava no hospital com seu filho caçula, também soropositivo. Isso a impossibilitou de regressar para o cadastramento, e com isso, ela não foi contemplada com moradia. As assistentes sociais questionavam a veracidade de sua história, o que a impelia a chorar e ofender os funcionários. Ao final do dia, quando deixei a tenda, *Mara* ainda não havia resolvido sua situação, transtornando-a.

Como estava em situação de rua, ela temia que o Conselho Tutelar encaminhasse compulsoriamente seus filhos a um abrigo, e se recusava a ir para um alojamento distante da região da Luz, alegando dificuldades para se locomover até os endereços nos quais realizava o tratamento médico de seu filho mais velho. A permanência no território da região da Luz, portanto, era fundamental para assegurar à *Mara* oportunidades, devido à existência de uma rede de solidariedade e assistência, acesso a serviços e equipamentos públicos e privados. Fora daquele contexto, *Mara* agravaria sua situação de

²¹ *Mara* esbravejava: “só porque não ando para cima e para baixo com o cachimbo na mão, esses aí [os agentes sociais] acham que não sou usuária. Acha que estou mentindo, tio, dá uma pedra então que fumo essa porra para conseguir trabalho!”.

²² O Programa *Recomeço* “(...) é uma ação [do governo estadual de São Paulo] que oferece apoio às famílias de dependentes químicos. O objetivo é proporcionar condições para uma vida saudável e digna à população, bem como auxiliar os adictos, suas famílias e toda a comunidade à sua volta” (SÃO PAULO, 2019).



vulnerabilidade²³.

Tal concentração de serviços e oportunidades também atraía pessoas que não faziam uso de *crack*, mas estavam em situação vulnerável. Próximo à Mara, um casal carioca recém-chegado do Rio de Janeiro era atendido por outra agente social do Programa *De Braços Abertos*. O homem dizia que fora atraído pela promessa de que a “cracolândia oferecia casa e emprego”, conforme sugerido por um programa televisivo que assistira, ainda no Rio de Janeiro. Como estavam em situação de rua, juntaram dinheiro “fazendo bicos e desmontando palcos”, e embarcaram para São Paulo. O rapaz demonstrava gentileza e parcimônia ao interagir com os agentes do Programa *De Braços Abertos* e, em poucas horas, o casal conseguiu uma vaga num abrigo que aceitava casais heterossexuais. Ainda que não consumissem drogas – estando, portanto, fora do perfil do Programa *De Braços Abertos* – eles foram atendidos pelos funcionários da tenda de forma rápida.

É interessante notar a centralidade que o território ocupa tanto para o casal de cariocas quanto para *Mara*, e o modo como as formas de sociabilidade dos diferentes atores, que denomino táticas, pode influenciar nos resultados junto aos agentes do Programa *De Braços Abertos*. Enquanto o casal carioca apostava na parcimônia e gentileza, com resultados bastante satisfatórios, *Mara* mobilizava ofensas e apelos emocionais, com desfechos menos promissores. Nesse sentido, as *táticas* empreendidas pelos diferentes sujeitos, destituídos de poderes decisórios, eram apropriadas discricionariamente pelos agentes do Programa *De Braços Abertos* a despeito da burocracia racional e impessoal sobre a qual o Programa supostamente está organizado. Eivada por relações rizomáticas de poder, ou por relações micropolíticas, essas situações ilustram como agentes do Programa são, no limite, a última instância decisória de uma política pública: aqueles que determinam, no limite, como a macropolítica é efetivamente implementada (LIPSKY, 2010). A burocracia do nível da rua²⁴ arbitra, em última instância, sobre o acesso às oportunidades, cujo sucesso ou não depende das *táticas* acionadas pelos atores e do território.

Por meses segui observando situações análogas até que minha presença foi questionada por alguns agentes locais. Era um sábado de fevereiro – dia incomum para presença de “figuras flutuantes” como pesquisadores – e o *fluxo* estava consideravelmente maior, inviabilizando a distinção entre rua e calçada. Evitando atravessar o *fluxo* sozinho, optei por circundar o quarteirão para acessar o lugar rotineiro: a tenda do Programa *De Braços Abertos*. Como não havia nenhuma atividade ou oficina agendada na tenda, implicando num menor número de frequentadores no local, decidi retornar e observar o *fluxo*, me posicionando na calçada da estação Júlio Prestes, onde usualmente

²³ Pessoas com o vírus da imunodeficiência (HIV) têm direito à gratuidade no transporte, embora muitos relatem dificuldade em conseguir o benefício (MAGALHÃES, 2019).

²⁴ Sobre o assunto, ver também Cefai (2013).



os agentes de saúde do Programa *Recomeço*²⁵ permaneciam nos dias úteis. Uma mulher sentada ao meu lado, chamada *Angela*, perguntou se poderia me ajudar e iniciamos uma conversa após eu me acomodar na calçada.

Após aproximadamente 90 minutos de diálogo com *Angela*, fui cercado contra a grade de proteção da estação Júlio Prestes por quatro homens, que questionavam minha presença no local. *Angela* partiu imediatamente. A abordagem foi conduzida por apenas um deles, que me perguntou se eu fumava *crack*, se estava armado e se havia capturado alguma imagem das pessoas do *fluxo*. Mediante minha negativa, ele solicitou meu celular e disse: “*Primo*, vou levar o celular para o *disciplina* e você vai esperar aqui²⁶. Se estiver tudo certo, eu devolvo o aparelho”. Pediu para que um dos rapazes ficasse comigo e ingressou no *fluxo* com o meu celular. Após alguns minutos, os três sujeitos saíram do *fluxo* e meu interlocutor sugeriu que caminhássemos enquanto devolvia meu celular e solicitava que comprasse “uma pedra de R\$10,00” para todos eles. Recusei-me a fazer o que pediam e me virei para ir embora, sendo novamente cercado, de modo que precisei me livrar deles bruscamente. Na medida em que me distanciava, eles gritavam: “*Volta aqui, primo. Volta*”.

Este evento me obrigou a interromper as incursões na região da Luz, mas abriu a possibilidade de acompanhar os encontros de formação dos agentes do Programa *De Braços Abertos*. Dado que o ocorrido chegou ao conhecimento de membros de ONGs, pesquisadores e agentes que atuavam na região, tal situação acabou ensejando uma espécie de rede de solidariedade entre mim e esses sujeitos. Com muitas mediações, evidentemente, o episódio me lembrou o caso etnografado por Geertz (1989, p. 278), quando acompanhava uma briga de galos em Bali e teve que fugir com os nativos após a chegada da polícia, que proibia eventos dessa natureza. Geertz narra que inicialmente ele e sua companheira (Hildred Geertz) eram ignorados ou “tratados como fantasmas”, mas após a fuga com os balineses, foram aceitos e reconhecidos como pessoas.

Obviamente nunca fui um fantasma e tampouco minha presença foi ignorada. No entanto, o achaque que sofri naquele sábado favoreceu minha aceitação por parte da rede de agentes que atuava na região. Tal evento possibilitou, ainda, uma reaproximação etnográfica bastante produtiva, pois foi graças a notoriedade do achaque que um agente redutor de danos que conheci no lançamento do livro de Taniele Rui – *Nas tramas do crack* (2015) – me convidou para observar os encontros de formação profissional dos agentes do Programa *De Braços Abertos* nos seis meses seguintes.

²⁵ Programa estadual ligado à questão do uso de crack, que não será detalhado nesse estudo, situado na Rua Helvétia, 41. Para mais detalhes, ver <http://programarecomeco.sp.gov.br/>. Acesso em: 07 jan. 2016.

²⁶ Sobre o termo *primo*, ver Biondi (2010, p. 243). Em entrevista sobre o PCC (Primeiro Comando da Capital) ao jornal Estado de São Paulo, pesquisadores relatam que o *disciplina* é o ator que controla uma região, posicionado hierarquicamente abaixo dos *torres*, seguido dos *irmãos*. *Primo*, como me designaram quando questionaram minha presença numa área adjacente ao *fluxo* seria outra categoria, fazendo referência a alguém ainda não batizado no PCC (ESTADÃO, 2010).



5. Cidades e pessoas (in)visíveis

Durante o período de formação profissional, os conflitos entre *usuários* e policiais se intensificaram, assim como o número de prisões de *traficantes* no fluxo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014). Essas prisões pontuais se tornaram um dos principais desafios enfrentados pelos agentes do Programa *De Braços Abertos*, como soube posteriormente a partir dos relatos das reuniões de formação. Os agentes eram acusados por *usuários* de *crack* de auxiliarem no trabalho ostensivo dos policiais²⁷, comprometendo a consolidação de vínculos com os beneficiários do Programa. Ademais, as prisões dificultavam o trabalho e a presença dos agentes sociais e de saúde – além de figuras flutuantes como pesquisadores –, devido à rotatividade das supostas lideranças que monitoravam o território: os supostos *disciplinas*.

Nos encontros de formação, os GCMs monopolizavam quase todas as discussões, de modo que o relato será sistematizado em torno de *Gandhari*, GCM há duas décadas que escolheu trabalhar na região por ter ficado cansado das ocorrências diárias que era obrigado a atender. Segundo ele:

Todo o dia era a mesma coisa. Os caras passavam um rádio desesperados dizendo ‘corre que o bicho está pegando’. Eu pegava duas marretas e saía derrubando tudo, como um trator. Não tinha outro jeito, os caras todos feridos ali no meio da confusão, eu tinha que tirar os caras. Cabeça sangrando, rosto todo ensanguentado, um inferno... Eu não tenho mais idade para fazer essas coisas, então eu disse para o meu comandante: ‘eu quero ir pra lá!’ (Caderno de campo).

Gandhari narra seu trabalho recorrente de resgate de colegas supostamente feridos por *usuários*. A fim de evitar tais situações, ele pede autorização para atuar no território e desenvolve um trabalho de diálogo com os *usuários*, a fim de reduzir o número de conflitos. Sua situação é extremamente controversa, pois ao mesmo tempo em que desempenha prerrogativas policiais, também assume o papel de “mediador de conflitos” e “reduzidor de danos” – ao seu modo, evidentemente –, o que engendra resistências de ambos os lados.

Enquanto os agentes do Programa *De Braços Abertos* o acusam de violar direitos pela truculência da GCM no trato com os *usuários*, os colegas policiais, por sua vez, alegam que *Gandhari* é “amigo de bandidos”. Ele chegou a ser denunciado na corregedoria por um colega de trabalho que o fotografou cumprimentando um *usuário* de *crack*, sugerindo que *Gandhari* tivesse associação com o comércio de drogas. Numa outra ocasião, os colegas policiais o obrigaram a entregar o celular para verificar se havia algum contato suspeito – tal qual as pessoas que me constrangeram no *fluxo* –, evidenciando práticas

²⁷ Usualmente eram acusados de serem *gansos*, ou seja, informantes que trabalham para as forças de segurança do Estado identificando pessoas que cometem atividades ilícitas.



de vigilância e controle do espaço semelhantes, bem como a importância peculiar do celular naquele contexto: além de possuir valor comercial, o celular também possibilita construir redes de comunicação importantes e eficientes. O “tráfego” de informações e imagens pode ser crítico para certos atores que dependem do anonimato, como foragidos da justiça, de modo que embora seja um objeto que assume centralidade nas relações sociais nas cenas de uso do *crack*, não pode ser utilizado indiscriminadamente por qualquer pessoa²⁸.

A postura distinta de *Gandhari* em relação aos demais policiais é atribuída à sua trajetória de vida, tendo ele vivido em situação de rua durante parte de sua infância e adolescência, sido vítima de abuso policial nesse período e percebido que há certa criminalização da pobreza pela corporação. Também é *Gandhari* que descreve, com detalhes, a heterogeneidade do espaço do fluxo, segmentando-o em zonas radiais concêntricas nas quais usuários ocupam o anel exterior. Os pequenos comerciantes, o anel intermediário, e os *traficantes* e *disciplinas*, o núcleo do círculo concêntrico. Essa organização espacial das pessoas, associado ao uso de lonas e sacolas plásticas circundando o *fluxo*, dificultaria a vigilância e o acesso indiscriminado no território, reduzindo, por exemplo, os riscos de identificação e prisão de *traficantes*.

Ainda assim, nos últimos meses, as prisões no *fluxo* passaram a ocorrer com maior frequência, na percepção dos agentes. Houve unanimidade – mesmo entre os policiais – de que essas operações de vigilância que resultavam em prisões dificultavam os trabalhos na região, uma vez que aumentavam o conflito e comprometiam negociações tácitas para, por exemplo, limpeza diária. A limpeza das ruas exigia o deslocamento de um grande contingente do *fluxo*, de modo que os policiais recorriam aos *disciplinas*, que por sua vez coordenavam a movimentação dos *usuários* a fim de evitar conflitos entre os agentes do Estado e os *usuários*. Essa facilitação do trabalho dos agentes públicos era retribuída com ampliação ou melhora dos serviços de atendimento ou, ainda, tolerância em relação à permanência de barracas no *fluxo*.

Tais acordos efêmeros e frágeis se tornaram, todavia, mais instáveis mediante o aumento das prisões no território e entre os conflitos mais dramáticos narrados na época, figura a remoção definitiva das barracas da Praça Júlio Prestes em troca da maior oferta de vagas no Programa *De Braços Abertos*²⁹. A remoção das barracas, acordada previamente, começou pacífica, mas policiais disfarçados se infiltraram no *fluxo* a fim de identificar e prender possíveis *traficantes*. Os policiais foram reconhecidos pelos *usuários*, que

²⁸ Embora pesquisando um contexto bastante diverso, Miller (2005) também identificou a centralidade do aparelho de telefone móvel nas formas de sociabilidade para populações de baixa renda, argumentando que “Por razões muito distintas, os telefones móveis tornaram-se fundamentais como estratégia de sobrevivência para populações de menor renda” (MILLER, 2005, p.1, tradução minha. No original: “For quite different reasons, however, mobile phones have become central to the survival strategies of the lowest income population”).

²⁹ Uma agente social que estava presente na reunião relatou que no dia da operação cadastrou 20 pessoas: “Eles tinham muito tempo de rua, muito tempo de uso e muita sujeira. Durante o cadastro, vários me diziam: ‘Tia, eu vou poder dormir num quarto hoje? Finalmente chegou a minha hora de entrar no projeto’. Todo mundo que chegava eu tinha vontade de chorar”.



tentaram agredi-los. Houve, então, revide com disparos de arma de fogo, dando início a um conflito caracterizado por uma série de violações de direitos entre as quais está o caso de catadores de materiais recicláveis: na data da remoção das barracas, foi solicitado aos catadores que guardassem suas carroças em um estacionamento próximo ou as deixassem em frente aos respectivos hotéis, para que fossem preservadas na ação de remoção. Com a instauração do conflito, no entanto, os policiais quebraram as carroças de madeira e confiscaram as de metal.

Uma agente social disse que por vários meses guardou o salário de um beneficiário do Programa *De Braços Abertos* até reunir a quantia de R\$550,00 e comprar, na semana anterior a este episódio, o equipamento. O proprietário lamentou ter perdido seu “ganha-pão” apenas alguns dias após a aquisição da carroça. Questionados sobre o paradeiro das carroças, os policiais respondiam: “Agora você vai roubar, para eu te colocar no lugar certo”, fazendo referência à prisão. Agentes do Programa *De Braços Abertos* também presenciaram o uso de armas de choque, agressões físicas e verbais praticadas por policiais. Compartilhados durante as reuniões de formação, esses relatos foram contestados por *Gandhari*, que tentou defender seus colegas policiais. Segundo ele, todos fazem anualmente “o mesmo curso de 20h sobre direitos humanos”, sugerindo que ações abusivas decorriam do “caráter e a má índole do policial”. Para *Gandhari*, a GCM, enquanto instituição, desencorajaria essas atitudes com um curso de 20h sobre direitos humanos. Ao que tudo indica, *Gandhari* parece ignorar os mecanismos institucionais que toleram e incentivam tais práticas, visto que o *ethos* que permeia o *milieu* das forças de segurança³⁰ estatais seriam incompatíveis com um estado democrático de direito (MINAYO; ADORNO, 2013).

Os *usuários*, por sua vez, recorriam a *táticas* violentas para protestar contra a coerção das forças de segurança, de interesses econômicos e mobiliários. No mesmo episódio da remoção das barracas, os usuários protestaram contra a violência policial arremessando pedras e outros objetos, depredando automóveis, ateando fogo em lixo e efetuando pequenos saques nos comércios contíguos ao *fluxo*. Essa violência talvez configure o último recurso *tático* mobilizado pelos *usuários* para tentar reestabelecer alguma possibilidade de ação. Conforme argumenta Arendt (2011, p. 74), ainda que “incapaz de criá-lo, a violência pode destituir o poder”.

Outra dimensão importante nas discussões de formação se refere à percepção dos agentes sociais sobre os egressos do sistema prisional atendidos pelo Programa *De Braços Abertos*. Para os agentes sociais, os egressos seriam “mais disciplinados”, já que apresentam mais responsabilidade em relação à organização dos quartos, cumprimento de tarefas e formas de comunicação. Na prisão, atitudes impróprias podem ser castigadas com sanções ou até

³⁰ Em reportagem, o Jornal *El País* retratou a crueldade aplicada nos treinamentos militares (BARROS, 2015).



agressões físicas, de modo que após a experiência prisional, o comportamento disciplinar talvez seja transferido para outras esferas da vida social. A política de encarceramento como mecanismo de gestão da violência já foi discutida por diversos autores (MANSO, 2012; DIAS, 2011; HIRATA, 2010; ADORNO; SALLA, 2007), mas na *cracolândia* haveria uma associação, a ser evidentemente aprofundada, entre política de encarceramento, disciplinarização e regulação dos corpos³¹.

O discurso de vários agentes do Programa *De Braços Abertos* de que o *fluxo* seria uma espécie de micro sociedade, regulada por poderes (para)estatais e leis próprias, influenciando nas relações sociais e condutas individuais, tendo o *disciplina* como instituição jurídico-política coercitiva que decide sobre os litígios e determina ações, possibilitaria apreender o *fluxo* como uma espécie de espaço heterotópico – situado à margem da normalidade e caracterizado por um confinamento e por uma extraterritorialidade (FOUCAULT, 2013) –, mas permeado por dispositivos formais e informais que se ocupariam da gestão e controle de suas populações.

6. Considerações finais

A *territorialidade itinerante da cracolândia* seria a principal *tática* agenciada pelos cidadãos para permanecer no território, expandindo, contraindo e deslocando o *mundo do crack*. Os deslocamentos efêmeros e próximos dos atores na cena de uso de *crack* – para execução de serviços de limpeza – ou distantes e perenes para áreas adjacentes – como no episódio da remoção das barracas do *fluxo* – reificam as construções imaginárias sobre a *cracolândia* em outros espaços, mas conservam as formas de sociabilidade ancoradas no uso *crack*. A *territorialidade itinerante* permanece, portanto, a despeito da instalação do Programa *De Braços Abertos* ou remoção do *fluxo*, embora num espaço mais circunscrito. Adicionalmente, o fenômeno da segregação espacial das cidades, atribuindo-se *status social* a partir da relação entre espaço e identidade – inicialmente apresentado pela ecologia urbana da Escola de Chicago (FRÚGOLI JR., 2007) – também foi identificado no *fluxo*, sob uma síntese peculiar, organizado sob a forma radial concêntrica. Pertencer ao *fluxo* – mais especificamente a uma parte dele – seria uma forma de definir, ancorada no *crack*, a identidade. Seria a relação entre espaço e identidade que tornaria um indivíduo uma pessoa, possibilitando o reconhecimento da alteridade apropriada como forma de distinção dos próprios sujeitos que se identificam com essas *regiões morais*.

Outro aspecto importante diz respeito ao controle e a vigilância do espaço exercido por atores que não possuem formalmente essa prerrogativa, como os *disciplinas* que questionaram minha permanência na Luz. Agier (2012) analisa os espaços que concentram a figura dos *indesejáveis*, tais

³¹ O recente texto de Mallart e Rui (2015) busca enfrentar essa dimensão.



como os guetos e os campos de refugiados e, inspirado em Foucault (2013), configura-os como lugares heterotópicos, ou seja, “(...) que están fuera de todo lugar, a pesar de que sean efectivamente localizables.” (AGIER, 2012, p. 489), situados nas bordas ou limites da ordem normal das coisas, sob um regime político e jurídico de exceção.

Agamben (2010) também faz uma análise de espaços heterotópicos e os descreve como lugares nos quais “(...) o ordenamento normal é de fato suspenso (...)”, onde cometer “(...) ou não atrocidades não depende do direito, mas somente da civilidade e do senso ético da polícia que age provisoriamente como soberana.” (AGAMBEN, 2010, p. 170). O autor substitui, no entanto, a figura do indesejável pelo *homo sacer* (figura destituída de prerrogativas e direitos, inclusive do direito sobre a própria vida) e pressupõe um funcionamento estrutural de espaços sociais destituído de sujeitos capazes de subjetivação.

No caso da *cracolândia*, haveria a confluência de ambas as definições, na medida em que se trata de um espaço que consiste numa aglomeração confinada e duradoura, mantida à margem e com a suspensão do ordenamento normal, como um lugar que está fora, embora localizável, e onde as regras dependem em parte da civilidade e senso ético dos atores. É preciso, no entanto, reconhecer a *tática* como forma sensível de subjetivação dos *indesejáveis*, capazes de exercer, inclusive, um certo controle e vigilância sobre a territorialidade.

Reconhecer as técnicas de poder que governam a vida dessas populações *indesejáveis*, mas não despreza as formas sensíveis de subjetivação dos atores e que escapam a essas mesmas técnicas de poder, por meio de *táticas* que atuam sobre a discricionariedade de agentes institucionais é importante: este é o caso de *Mara* ou do casal de cariocas, que acionam *táticas* distintas na interação com os agentes do Programa *De Braços Abertos* a fim de acessar oportunidades.

O celular também assume alguma centralidade nas ações de monitoramento e controle desse território evidenciando, portanto, “(...) uma apropriação altamente produtiva e criativa desse bem” (MILLER, 2007, p. 47), sugerindo que etnografar a cultura material em contextos de vulnerabilidade socioeconômica pode ser uma entrada interessante para futuras pesquisas.

7. Referências bibliográficas

ADORNO, S.; SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. In: **Estudos Avançados** (USP), São Paulo, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007.

AGAMBEN, G. **Homo sacer**. O poder soberano e a vida nua I. 2. ed. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AGIER, M. El biopoder a prueba de sus formas sensibles. In: **Política y**



Sociedad, Madrid, v. 49, n. 3, p. 487-495, 2012.

ALVES, Y. D. D.; PEREIRA, P. P. G. Uma antropologia do “fluxo”: reflexões sobre dependência no contexto do crack. In: **INTERthesis**: Revista Internacional Interdisciplinar, v. 16, n. 1, p. 121-142, 2019.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. 3. ed. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BARROS, Ciro. O cruel treinamento militar que deforma os policiais do Brasil. **El País**. 25 jul. 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/21/politica/1437513159_283861.html. Acesso em: 07 jan. 2016

BIONDI, K. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

CEFAÏ, D. Grande exclusão e urgência social: cuidar dos moradores de rua em Paris. In: **Contemporânea**, São Carlos, vol. 3, n.2, p. 265-286, 2013.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI. Disponível em: <http://edelei.org/home/>. Acesso em: 07 jan. 2016.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**, 1. Artes de fazer. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 386p. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FFLCH-USP, São Paulo, 2011.

DIAS, Paulo Eduardo. Polícia tenta esvaziar Cracolândia em estreia de teatro. **Ponte Jornalismo**, 06 maio 2015. Disponível em: <http://ponte.org/policia-tenta-esvaziar-cracolandia-em-estrela-de-teatro/>. Acesso em: 07 jan. 2016.
ESTADÃO. 16 perguntas sobre o PCC. Estadão, São Paulo, 23 jan 2010. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/crimes-no-brasil/2010/01/23/16-perguntas-sobre-o-pcc/>. Acesso em: 09 de fev. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Embate entre usuários de crack e GCM gera tumulto e depredação no centro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 dez. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/12/1558895-embate-entre-usuarios-de-crack-e-gcm-gera-tumulto-e-depredacao-no-centro.shtml>. Acesso em: 07 jan. 2016.



FOUCAULT, M. De espaços outros. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013.

FRÚGOLI JR., H. Introdução: dossiê Luz, São Paulo. In: **Ponto Urbe**, v. 11, 2012. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1129>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

_____. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____, H.; SPAGGIARI, E. Da cracolândia aos noias: percursos etnográficos no bairro da Luz. **Ponto Urbe**, n. 6, 2010. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1870>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** (vol. III). Rio de Janeiro: Ed.34, 1996.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC editora, 1989.

GOMES, B. R.; ADORNO, R. C. F. Tornar-se “noia”: trajetória e sofrimento social nos “usos de crack” no centro de São Paulo. In: **Etnográfica**, Lisboa, v. 15, n. 3, p. 569–586, 2011.

HIRATA, D. V. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida**. 367p. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FFLCH/USP, São Paulo, 2010.

HONNETH, A. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 46–67, 2008.

LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public Services**. 2. ed. New York: Russel Sage Foundation, 2010.

MAGALHÃES, Beatriz. Pacientes com HIV reclamam de dificuldade para conseguir isenção de rodízio e de tarifa do transporte em SP e vão à Justiça. **G1**, São Paulo, 25 set. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/25/pacientes-com-hiv-reclamam-de-dificuldade-para-conseguir-isencao-de-rodizio-e-de-tarifa-do-transporte-em-sp-e-vao-a-justica.ghtml>>. Acesso em: 08 fev. 2020.

MALLART, F; RUI, T. Por uma etnografia das transversalidades urbanas: entre o mundão e os dispositivos de controle. In: 39º Encontro Anual da ANPOCS, 2015, Caxambu, **Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS**, GT34, 2015, p. 1-14.

MANSO, B. P. **Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e**



2010: uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime. 295 p. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, FFLCH/USP, São Paulo, 2012.

MILLER, D. **The Unpredictable Mobile Phone**. UCL Anthropology, London, 2005. Disponível em: <<https://www.ucl.ac.uk/anthropology/people/academic-and-teaching-staff/daniel-miller/unpredictable-mobile-phonel>>. Acesso em: 27 maio. 2020.

MILLER, D. Consumo como cultura material. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 33-63, 2007.

MINAYO, M. C. S.; ADORNO, S. Risco e (in)segurança na missão policial. In: **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 585-593, 2013.

MISSE, M. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. In: **Estudos Avançados** (USP), São Paulo, v. 21, n. 61, p. 139-157, 2007.

NOVAES, Marina. Idosa que distribui abraços entre usuários faz festa junina na cracolândia. **Terra Notícias**, São Paulo, 29 jun. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/idosa-que-distribui-abracos-entre-usuarios-faz-festa-junina-na-cracolandia,121bffa1ea19f310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

PARK, R. E. The city: suggestions for the investigation of human behavior in the city environment. In: **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 20, n. 5, p. 577-611, 1915.

PERLONGHER, N. Territórios e populações. In: PERLONGHER, N. **O negócio do michê: a prostituição viril**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 108-154.

RIBEIRO, Bruno; BOTTINI FILHO, Luciano; REOLOM, Mônica. Contra Cracolândia, Haddad dá casa, comida e emprego a usuário de droga. **Estadão**, São Paulo, 15 jun. 2014. <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,contra-cracolandia-haddad-da-casa-comida-e-emprego-a-usuario-de-droga-imp-,1118556>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

RUI, T. **Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. 355 p. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, IFCH/UNICAMP, Campinas, 2012.

RUI, T. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção**. São Paulo: Terceiro Nome,



2015.

RUI, T.; FRÚGOLI JR., H.; FELTRAN, G. S.; FROMM, D. Braços Abertos e Sufoco: sobre a situação na cracolândia. **Carta Maior**, 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Bracos-Abertos-e-Sufoco-sobre-a-situacao-na-Cracolandia-/5/30235>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 55.067 de 28 de abril de 2014. Regulamenta o Programa De Braços Abertos e altera o Decreto nº 44.484, de 10 de março de 2004, que regulamenta o Programa Operação Trabalho. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 29 de abril de 2014, p. 1.

SÃO PAULO. Programa Recomeço: seis anos de atendimento no Estado de São Paulo. **Portal do Governo**. 20 fev. 2019. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/programa-recomeco-seis-anos-de-atendimento-no-estado-de-sao-paulo/>. Acesso em: 08 fev. 2020

SOUZA, F. F. **A batalha pelo centro de São Paulo**: Santa Ifigênia, concessão urbanística e Projeto Nova Luz. São Paulo: Editora Paulo's, 2011.

Como citar este artigo:

SOUZA, Eduardo Rumenig. Fluxos e itinerâncias dos usuários de crack em São Paulo: impactos do programa municipal *De Braços Abertos*. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 8, n.2, p. 176 - 193, jul./dez. 2019.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/8219.111>

Data de submissão do artigo: 16/01/2016

Data da decisão editorial: 13/07/2020